IMIGRAÇÃO QUALIFICADA NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: PORTUGUESES E ITALIANOS EM SÃO PAULO

Sênia Bastos

Introdução

Trindade aponta os imperativos de ordem econômica que determinam grande parte dos movimentos migratórios[1]. Ressalte-se que a análise dos movimentos migratórios do pós-Segunda Guerra Mundial reúne especificidades que vão além do plano econômico. Destacam-se, sobretudo, as dificuldades dos países que participaram diretamente do conflito bélico e que necessitavam de investimentos para a recuperação de sua economia, redução do nível de desemprego, recuperação de seu patrimônio edificado, bem como minimizar, de alguma forma, os efeitos psicológicos daqueles que foram perseguidos pelos regimes autoritários e nazi-facistas na Europa.

Acordos internacionais foram assinados para subsidiar e direcionar a migração, "aliviando" o contingente populacional sem ocupação remunerada, favorecendo a recuperação econômica dos países duramente afetados pela guerra e/ou possibilitando um novo horizonte para as pessoas vitimadas por esses regimes de forma dirigida[2]. Sob a condição de refugiados de guerra, aguardavam nos campos austríacos e alemães o repatriamento ou colocação em países não europeus.

O Brasil assinou acordos para receber refugiados de guerra[3] com organismos multilaterais, como por exemplo a Organização Internacional dos Refugiados (OIR/IRO), bem como imigrantes de países da Europa (Itália, Espanha entre outros)

---

[1] TRINDADE, 1976.

[2] Aponta-se tanto o deslocamento (fuga) decorrente de processos de ocupação do território, quanto os que foram direcionados forçosamente aos campos de concentração ou ao trabalho em fábricas ou fazendas, por agentes de estados totalitários (PAIVA, 2000). La Cava aponta a estratégia dirigista que pautou o movimento de repatriação e recolocação de mão de obra no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial: "Na primeira fase, de 1945 a 1952, marcada pelo assim chamado sistema triangular, os Estados Unidos providenciaram os capitais privados na América Latina, a Europa, a mão de obra e a América Latina, os recursos naturais (terras, etc.). Nesse período, [...] teria sido resolvido tanto o problema do excesso populacional europeu, como o da 'carência' da mão de obra necessária para o desenvolvimento da América Latina" (LA CAVA, 1988: 57).

[3] A Alemanha e a Áustria reuniam campos de refugiados com imigrantes provenientes do Leste europeu.

e da Ásia (Japão)[4]. Ao que se refere à imigração portuguesa, ressalte-se o caráter espontâneo que caracteriza esse fluxo desde os primeiros anos da colonização brasileira[5]. Até os anos 1950, o Brasil constitui o principal destino dos portugueses, e a partir da década seguinte, em virtude do crescimento sustentado dos países do norte europeu, passam a se dirigir, sobretudo para a França, Alemanha e Suíça[6].

A presente pesquisa problematiza a imigração qualificada de nacionalidades portuguesa e italiana do pós-Segunda Guerra Mundial e tem como fontes, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os registros de 99 659 imigrantes, reunidos no banco de dados do projeto *Novos imigrantes: fluxos migratórios e industrialização em São Paulo no pós-Segunda Guerra Mundial (1947-1980).*

1. O banco de dados e o procedimento metodológico

Realizado durante os anos 2002 a 2008, com o apoio da FAPESP, o banco de dados reúne registros de 99 659 imigrantes, cuja documentação é custodiada pelo Memorial do Imigrante/SP, realizado a partir de uma parceria institucional com o Núcleo de Estudos de População (NEPO, UNICAMP).

No que se refere à documentação, cujas informações foram inseridas no banco de dados, destacam-se as fichas de identificação (40 035), os avisos de colocação e embarque/chegada (6 892), as fichas do candidato (3 433), as fichas de entrevista para colocação (3 606), os *curricula vitae* (1 148), processos administrativos (3 296), os pedidos de mão-de-obra qualificada estrangeira e os cancelamentos de mão-de-obra pré-colocada (76). Os dados são consolidados por imigrante, sem a sobreposição ou duplicação de informações e se distribuem em três tabelas. A tabela principal contempla 45 campos, a tabela profissão compreende 6 campos e a tabela parentes comporta 5 campos, cujos dados podem ser cruzados a partir do número de identificação do imigrante principal.

Convém ressaltar as dificuldades no tratamento dessas informações, advindas de discrepâncias presentes na documentação original, tais como datas, gênero, idade, nomes de localidades, dados incompletos, ausência de identificação do ano de

[4] A imigração italiana foi subsidiada pelo Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias (CIME) enquanto a japonesa pela *Japan Imigration and Colonization* (JAMIC).

[5] Apontam-se as dificuldades de estudo dos portugueses, em virtude da existência de mecanismos próprios de inserção no Brasil: esquivam-se dos canais normais de recepção de imigrantes, como por exemplo, a Hospedaria do Imigrante de São Paulo, visto que o domínio do idioma e a presença de redes informais de acolhimento lhes confere certa autonomia nesse destino (TRINDADE, 1976; SCOTT, 2001).

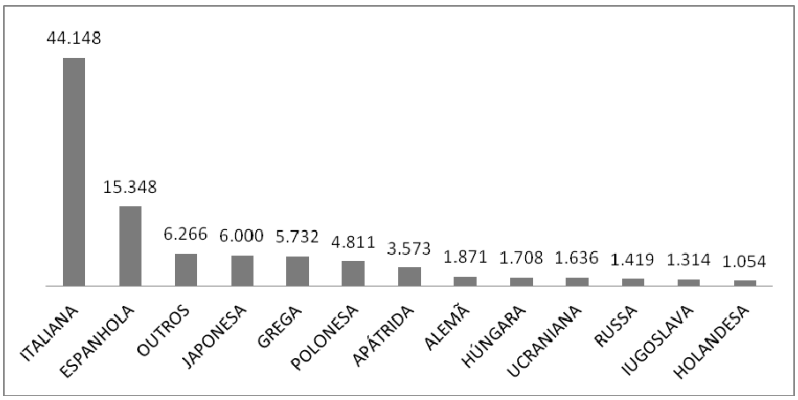
[6] GÓIS, BAGANHA, 1999.

ingresso ou registros anteriores a 1947 ou posteriores a 1980 (o que foi considerado como erro de preenchimento do documento ou da digitação).

A partir da seleção dos imigrantes que declararam nacionalidades italiana e portuguesa foi criada uma planilha em *excel* para a contabilização das ocorrências dos campos presentes nas três tabelas já mencionadas.

A abordagem do campo nacionalidade resultou na identificação de 76 diferentes nacionalidades, com precisão do ano de ingresso de 97 058 imigrantes (97,4%), dado que se reduz a 52 393 (52,57%) se não forem considerados os parentes e demais acompanhantes (como agregados, primos de parentes, etc.). Veja-se a seguir o gráfico com as principais nacionalidades entradas entre 1946 a 1980.

Gráfico n.º 1
Principais nacionalidades



Fonte: Banco de dados

No gráfico n.º 1 foram contempladas apenas as que apresentaram pelo menos 1% de repetição, verifica-se o predomínio da nacionalidade italiana (44%) e da espanhola (15%); a grega e a japonesa (6% cada) apresentam cifras aproximadas; seguem-se a polonesa (5%), a alemã e a húngara (2% cada), a russa, iugoslava e holandesa (1% cada). Como outros (6%), registram-se 65 nacionalidades e como apátridas (4%), contam-se, sobretudo, aquelas referentes a imigrantes entrados como refugiados, no período de 1947 a 1949.

No banco de dados a nacionalidade portuguesa contempla 192 registros, o que indica o caráter espontâneo dessa imigração, como aponta a historiografia. Indica também que não passaram pela Hospedaria do Imigrante de São Paulo, ou seja, contavam com recursos próprios e com redes de sociabilidade e de acolhimento não oficiais. Buscando precisar o número de ingressos de portugueses no Brasil nesse período recorreu-se ao IBGE, o que pode ser observado no quadro n.º 1.

Quadro n.º 1
Ingresso quinquenal de imigrantes de nacionalidades italiana e portuguesa (1947-1980)

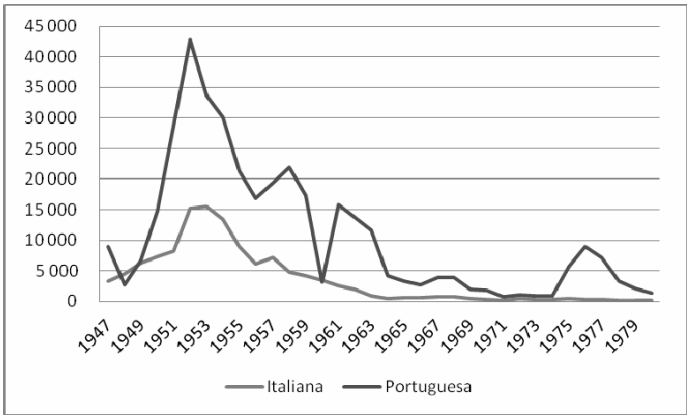
Anos	Nacionalidade Italiana	Nacionalidade Portuguesa	Imigração total
1947-1950	21 415	33 191	99 657
1951-1955	61 388	156 607	358 400
1956-1960	25 749	78 652	233 285
1961-1965	6 378	48 628	118 419
1966-1970	2 962	14 169	45 548
1971-1975	1 858	9 497	39 154
1976-1980	1 064	23 046	38 683
Total	**120 814**	**363 790**	**933 146**

Fonte: IBGE, 1973, 1982.

O quadro n.º 1 revela que a imigração portuguesa corresponde a 39% do total de ingressos no Brasil, enquanto a italiana totaliza 13% do montante[7].

O gráfico n.º 2 apresenta o movimento anual dessas nacionalidades e nota-se que o auge dos ingressos para as duas nacionalidades corresponde ao período 1951 a 1955.

Gráfico n.º 2
Ingresso anual de imigrantes de nacionalidades portuguesa e italiana



Fonte: IBGE, 1973, 1982.

[7] A sistematização dos dados relativos aos imigrantes no Brasil se intensifica no governo Vargas, resultado da legislação imigrantista por meio da qual o governo federal assume a responsabilidade por seu controle, estabelece normas para a sua entrada e fixação no país (Constituição de 1934). Segue-se o estabelecimento de cotas por nacionalidade, restringindo a entrada a 2% do total de ingressos relacionados ao período de 1889 a 1934 (Constituição de 1937). A afinidade ética com os portugueses foi valorizada, observa-se uma política de aproximação luso-brasileira estabelecida entre os governos Vargas e Salazar e, em 1939, por meio da Resolução n.º 34, ocorre a isenção da imigração portuguesa do regime de cotas, destacando-se sua contribuição para a formação étnica nacional. Ver SCHIAVON, 2007.

Trata-se de um período de retomada da política imigratória brasileira (decreto lei n.º 7 967 de 18 de Setembro de 1945) e de definição de duas modalidades de ingresso: a imigração dirigida e a imigração espontânea.

Promovida pelo poder público, empresa ou particular responsável pela hospedagem e destino do imigrante, a imigração dirigida privilegiou a vinda de famílias com pelo menos oito pessoas aptas para o trabalho, entre 15 e 50 anos[8]. A imigração espontânea, por sua vez, era viabilizada pelo envio de "carta de chamada" de parentes e/ou de oferta de emprego cujo destinatário responsabilizava-se formalmente, em documento registrado em Cartório no Brasil, pela acomodação e alimentação do imigrante recém-chegado.

Para esse artigo ressalta-se o incentivo à imigração de técnicos, operários especializados e profissionais qualificados, de agricultores e técnicos especializados em indústrias rurais e atividades acessórias, contemplada nos acordos que definiram a imigração dirigida para o Brasil. Destaque-se que previam o acompanhamento de familiares no momento da emigração ou posteriormente à sua instalação no Brasil.

2. Imigração dirigida: perfil do imigrante italiano

O contexto brasileiro do pós-Segunda Guerra Mundial caracteriza-se pelo crescimento do parque industrial e mecanização da agricultura. O país demandava o ingresso de mão-de-obra qualificada e, nesse sentido, fomentou a vinda de imigrantes, para o que contou, no caso dos italianos, com apoio do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias (CIME), a partir de acordos assinados com o governo italiano em 1950 e 1960[9].

Com esses acordos cabia ao governo italiano a responsabilidade pela viabilização de documentos e custos relativos à organização da emigração, enquanto ao governo brasileiro competia destinar os recursos necessários para a sua recepção, acomodação e colocação, além da concessão de facilidades na organização de associações assistenciais, etc.

Inicialmente as entradas foram organizadas pela Organização Internacional dos Refugiados (OIR/IRO), mas a partir de 1952, após a sua extinção e criação do CIME ficam organizadas pelo CIME e pelos acordos bilaterais entre os países, até o final dos anos 1970[10].

O banco de dados contempla 44 148 italianos, com 39 889 italianos ingressantes nos anos 1951 a 1960, o que corresponde a 90,3% do total, cujo auge ocorre no ano

[8] DIC, 1952: 121-124.
[9] ACORDO 5/7/1950; ACORDO 9/12/1960.
[10] SALLES, BASTOS, 2010.

de 1954, com 8 792 entradas. Cotejado ao número geral de ingressos no Brasil dessa etnia, nesse período observa-se que 50% do montante ingressou na Hospedaria do Imigrante de São Paulo[11]. Na década seguinte nota-se a redução do movimento, com 813 em 1962, 230 em 1963 e 36 em 1964 o que pode ser inferido, entre outros fatores, pela recuperação da economia italiana, segundo La Cava[12].

Verifica-se que se dirigiram ao Brasil, predominantemente por transporte marítimo, 25 428 homens e 18 564 mulheres, cujo ano de maior ingresso corresponde a 1954, totalizando 8 787 entradas (20,2%).

Das 10 756 mulheres que acompanharam o viajante principal, 2 714 são esposas, 6 411 filhas, 598 irmãs, 208 cunhadas, 187 mães, 139 noras, 116 sobrinhas, 95 netas, 45 primas, 23 sogras, 17 agregadas, 9 enteadas, 8 tias, 3 madrastas, 1 filha adotiva, 1 avó, 1 afilhada e 241 que não identificaram o vínculo. Das 7 680 registradas como imigrante principal, 3 722 mulheres declararam-se chefe de família, 2 filhas, 1 esposa e as demais 4 014 nada identificaram.

Destaque-se que muitas famílias se recompuseram posteriormente, segundo Trento[13], em virtude da ausência de vagas nas embarcações para os acompanhantes. Mesmo mulheres e filhos viriam a se reunir com o restante da família, na medida em que conseguiam a autorização de suas solicitações junto ao CIME. Nesse sentido, identificaram-se 1 169 casos: 250 esposas chamadas por seus maridos, 8 maridos demandados pelas esposas, 81 pais chamados pelos filhos, 9 filhos requeridos pela mãe, 151 por seus cunhados, 20 por parte dos sogros, 8 por parte dos genros, 247 pelos irmãos, 154 por primos, 8 por sobrinhos, 145 pelos tios, 1 pelo avô, 6 por parentes e 81 filhos chamados pelos pais.

Ressalta-se, no entanto, que nem todos os acompanhantes se dirigiram à Hospedaria, pois o familiar ou amigo que demandara aquele que vinha por carta de chamada, custeava a passagem e se encaminhava ao porto para buscá-lo. Quando vinham por conta do CIME "este se encarregava de arranjar-lhe um emprego e os abrigava nas hospedarias de imigrantes[14].

Ingressaram 43 212 italianos com o apoio do CIME, durante o período 1952 a 1978 e com os recursos do IRO foram introduzidos 20 italianos durante os anos 1947 a 1949. Com recursos do *Hebrew International Assistance* (HIAS) quantificam-se 10 imigrantes, oriundos predominantemente do Egito (7).

No banco é possível precisar o número de mulheres (5 147) e homens casados (6 914), o que permite inferir que as mulheres ou estavam acompanhadas pelos maridos ou vinham encontrá-los, recompondo os laços familiares. Nota-se a preponderância

[11] O IBGE registra 87 137 italianos nesse período.
[12] LA CAVA, 1988.
[13] TRENTO, 1989.
[14] FACCHINETTI, 2004: 112.

de homens solteiros (38,28%) e, ao que se refere aos viúvos, o número de mulheres (472) supera o de homens (98).

A maioria dos italianos (57%) embarcou acompanhada por uma (21%), duas (15%), três (9%), quatro (5%), cinco (3%) e seis (2%) pessoas, com incidência de 1% para aquelas compostas por sete e oito integrantes.

A título de exemplificação, destaca-se a família do agricultor Giovanni Boaretto (60 anos), de Rovigo que veio acompanhado por sua esposa, Erminia Masiero (60 anos), os três filhos casados Giuseppe (32 anos), Pietro (29 anos), Umberto (26 anos) e respectivas esposas, Ginetta (28 anos), Gugliemina (24 anos) e Elsa (30 anos), e nove netos, todos com idades inferiores a 9 anos, e duas filhas: Maria (22 anos) e Teresa (20 anos). Desembarcados em Santos, o destino dessa família foi a Fazenda Santo Antonio, de Custodio Caldeira, localizada em Pirajuí, no interior de São Paulo.

A análise do campo posição na família do imigrante ficou comprometida em virtude da grande incidência de não identificados (41% dos italianos). Observam-se 30% registrados como filhos, 6% como esposas, 4% como irmãos e 17% como chefes de família.

A trajetória do imigrante no Brasil foi revelada pela indicação do destino de 6 746 imigrantes (27%) por meio da localização da empresa contratante. Nesse sentido, o Estado de São Paulo concentrou 6 618 ocorrências, com 5 688 repetições na Região Metropolitana de São Paulo; o Rio Grande do Sul, 61; Paraná, 35; Minas Gerais, 17; Goiás, 11; Santa Catarina, 2, e Bahia uma única referência.

Dos 2 880 italianos que se declararam agricultores não foram identificados o paradeiro de 1 476 pessoas, os demais dirigiram-se para 89 destinos, concentrando-se, sobretudo, na Região Sudeste (São Paulo – 1 364 e Minas Gerais – 12) embora encontrem-se ainda referências ao Sul (Paraná – 14 e Rio Grande do Sul – 10) e ao Centro Oeste (Goiás – 4) do país. Dos 1 364 imigrantes reunidos no Estado de São Paulo, constam-se os destinos de 1 338 pessoas, concentradas, sobretudo na Região Metropolitana de São Paulo (772). Ressalta-se a Região Administrativa de Marília onde se localiza o empreendimento da Companhia Brasileira de Colonização e Imigração Italiana, em Pedrinhas, com 111 imigrantes que para lá se dirigiram (essa quantificação exclui os acompanhantes).

Observa-se que das 318 diferentes ocupações declaradas, acrescentam-se estudantes (375), aposentados (117), prendas domésticas (6 448) e 909 pessoas que não identificaram a modalidade de sua ocupação. O quadro n.º 2 comporta as profissões declaradas e revela as dificuldades de tratamento desse campo, dada a diversidade de especializações: operário – 32 especialidades, mecânico – 50, ajustador – 20, torneiro – 7, carpinteiro – 10, eletricista – 14, aprendiz – 39, soldador – 4, desenhista – 24 e técnico – 77.

Quadro n.º 2
Principais profissões dos imigrantes de nacionalidade italiana

Profissão	Total	Profissão	Total
Operário	3 663	Eletricista	349
Agricultor	2 880	Sapateiro	347
Mecânico	1 117	Aprendiz	302
Pedreiro	827	Soldador	277
Engenheiro	612	Alfaiate	262
Ajustador	610	Desenhista	252
Marceneiro	587	Técnico	243
Torneiro	475	Costureiro	235
Carpinteiro	364		

Fonte: Banco de dados

Estima-se que 16 profissões exigiram a realização de curso superior, ao que se sobressai o número de engenheiros (612) e químicos (24); em menor número, físicos (8), agrônomos (5), geólogos (3) e médicos (2) e com apenas um registro, biólogo, ciências agrárias, ciências biológicas, hidrólogo-geólogo, jornalista, letras, ortopedista, repórter e veterinário. Acrescentam-se 10 italianos que apresentaram titulação como doutor em Química (5), Física (2), Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e Letras Clássicas.

A atuação dos engenheiros revela 40 diferentes especialidades: agrônomo (2), civil (4), fabricação (1), de minas e metalurgia (1), eletricista (12), eletromecânico (1), eletrônico (12), eletrônico nuclear (1), eletrotécnico (16), especialista em cálculos de grandes estruturas (1), hidráulico (6), industrial (1), industrial mecânico (2), mecânico (48), mecânico hidráulico (1), nuclear (1), químico (10), têxtil (1) e técnicos (479).

No que se refere aos engenheiros italianos, o ingresso no Brasil se intensifica no período 1966 a 1970, com 364 ocorrências, e nos anos 1973 a 1977 verificam-se 101 entradas, de acordo com o banco de dados. Do conjunto apenas dois encontravam-se no exterior: um na Alemanha e outro na França. A titulação foi obtida majoritariamente na própria Itália, nas Universidades de Milão (24), Nápoles (17), Roma (13), Turim (9), Gênova (7), Bolonha (7), Pádua (6), Pisa (5), Bari (3), Palermo (2), Florença (2) e Trieste (2) bem como uma única ocorrência no exterior, na Universidade Nacional de Buenos Aires, na Argentina. Destaque-se que predominam cursos realizados nos institutos (351) ou escolas (34) técnicas industriais dos Estados.

Tais dados apontam também para a diversificação do parque industrial brasileiro, com 929 indústrias declaradas, e indicam a contratação tanto de trabalhadores com curso superior quanto para a linha de produção. Há que se destacar a área de construção civil (191 diferentes contratadores), que empregou grande número de trabalhadores para o setor. Ressalte-se que as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo S/A contratou 1 017 italianos, constituindo a maior contratadora desse contexto, além de empresas de origem italianas aqui instaladas, tal como Pirelli S.A, responsável pela vinda de 37 italianos.

3. Imigração dirigida: perfil do imigrante português

No banco de dados encontram-se registrados 192 portugueses (122 homens, 66 mulheres e 4 não identificados), provenientes do Norte (32), Centro (9), Sul (2) e Regiões Autônomas (Madeira 7 e Açores 4) de Portugal, bem como da China (5), Angola (2) e Espanha (3)[15], dos quais 35 ingressaram com apoio do CIME, 11 por meio do IRO e 12 com recursos próprios. Privilegiaram o transporte marítimo (83) em detrimento ao aéreo (14), tendo como ápice de ingresso o ano de 1950, com 30 pessoas[16].

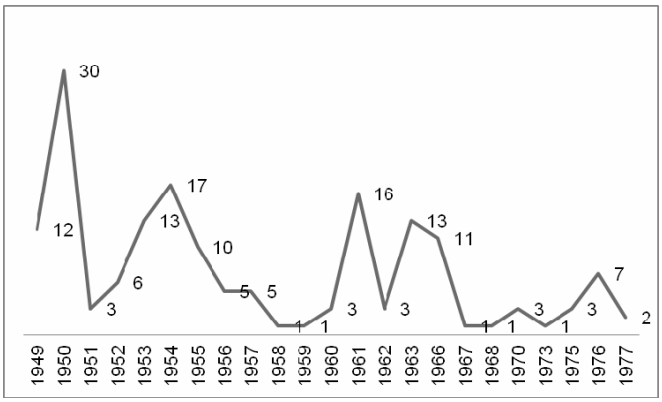
Arroteia aponta o elevado grau de masculinidade, o predomínio de população adulta proveniente, sobretudo, do Porto, Viseu e Aveiro, ao analisar os dados da saída de portugueses para o período 1955 a 1974. Registra 169 238 emigrantes, o que equivale a 98% dos portugueses ingressantes no Brasil, sendo nos anos 1970 a 1974 o incremento da emigração familiar, o que também é reforçado por Baganha, que destaca nesses anos o crescimento de mulheres casadas e crianças com menos de 15 anos[17].

[15] Não foi possível precisar 36% dos registros e há uma ocorrência relativa à África do Sul e uma de Moçambique.

[16] Destaque-se a dificuldade de precisão das informações, visto que a sua organização encontra-se relacionada ao imigrante que demandou os recursos e, nesse sentido, não ocorre o detalhamento dos acompanhantes.

[17] Em 1968 ocorre a saída do maior contingente de mulheres registrado (47%) em Portugal, 1959, 1960, 1967 e 1974 também são anos significativos desse movimento. ARROTEIA, 1983; BAGANHA, GÓIS, 1999.

Gráfico n.º 3
Imigração dirigida: portugueses



Fonte: Banco de dados

No que se refere ao estado civil, nota-se 76 solteiros (ao que se salienta a presença de crianças e jovens como se observa no quadro n.º 4), 63 casados e 53 imigrantes que não identificaram sua situação. Ressalta-se a presença de 32 chefes de família, 22 esposas, 59 filhos, 5 irmãos e 74 pessoas que não justificaram o seu vínculo. Ao que se refere à composição das famílias, revela-se a presença de 29 portugueses acompanhados por: 7 pessoas (1), 5 pessoas (5), 4 pessoas (5), 3 pessoas (6), 2 pessoas (6) e 1 pessoa (6) e 75 que vieram desacompanhados.

Quadro n.º 4
Faixa etária dos imigrantes de nacionalidade portuguesa

Faixa etária	Total
0 a 4	16
5 a 9	21
10 a 14	12
15 a 19	14
20 a 24	12
25 a 29	19
30 a 34	21
35 a 39	10
40 a 44	6
45 a 49	5
50 a 54	5
55 a 59	2
acima 60	1
sem identificação	48
Total	**192**

Fonte: Banco de dados.

O quadro n.º 4 permite vislumbrar que se trata de uma imigração de jovens e adultos em idade ativa. A presença de famílias indica o desejo de fixação definitiva ou aponta para um longo período de permanência, segundo Arroteia[18].

A análise da profissão declarada permite concluir: à exclusão dos menores de 14 anos (49) resultam 16 portugueses que nada declararam, quatro estudantes, dois aposentados, quatro mulheres que se dedicavam às atividades domésticas, uma cozinheira e uma arrumadeira; ao trabalho agrícola encontram-se 10 imigrantes, ao que se somam três especializados em chácaras e um lavrador; além de cinco comerciantes, também atuavam nessa área quatro balconistas e um caixa; no setor de alimentos destacam-se três padeiros, um açougueiro, três feirantes e um garçom; na construção civil, observam-se quatro pedreiros, um estucador, um eletricista, um encanador e um pintor[19]. Datilógrafo (1), apontador de mão-de-obra (1), ajudante (3), auxiliar (5), recepcionista (6), operário (3), operador de câmera (2), encarregado (2), escriturário (1), estagiário (1), sapateiro (5), serviços geral (1), industriário (1), e vendedor (2) integram o rol de atividades de baixa especialização.

No que se refere à mão-de-obra técnica ou de nível superior ingressaram: engenheiros (agrônomo – 1; eletrotécnico – 3; mecânico – 1; químico – 2; eletromecânico – 1), médico (1), professor (3), mecânicos (4), desenhistas (4), torneiro mecânico (1), soldador (1), programador (1) e técnicos (acabamento de tecidos – 2; método e processos – 1). A presença de chefe de departamento (5), diretor (1), assessor de pesquisa (1), pesquisador (4) e intérprete (2) indicam a atividades relacionadas a postos de comando e dedicação à área de pesquisa.

Ao analisar a natureza da mão-de-obra emigrante, Arroteia destaca ser maior a incidência de portugueses sem atividade econômica definida (56,5%) nos fluxos que se dirigem à corrente transoceânica (África do Sul, Brasil, Canadá, Estados Unidos e Venezuela), e de 34,7% no movimento intra-europeu[20]. Reflexão que se estende a esse movimento de imigração dirigida, cujos dados foram extraídos da documentação custodiada pelo Memorial do Imigrante.

As titulações em Engenharia Eletrotécnica originaram-se na Universidade Técnica de Berlim, onde esse profissional também obteve o doutorado nessa mesma área (1), na Universidade Lourenço Marques, Moçambique (1) e na Universidade do Porto (1). No que se refere à Engenharia Mecânica, Eletromecânica e Química, constam, respectivamente, Universidade do Porto (1), Instituto Superior de Engenharia de Coimbra (1) e IST de Lisboa (1). Destacam-se ainda o Curso de Prognósticos Tecnológicos, realizado na Universidade de Harvard e de Energia Nuclear em Sarclay, na

[18] ARROTEIA, 1983.
[19] Trindade aponta grande concentração de portugueses no setor de construção civil (TRINDADE, 1976).
[20] ARROTEIA, 1983.

França, realizados pelo engenheiro químico. O médico cursou a Faculdade de Medicina do Porto e o agrônomo a Universidade da Georgia, onde também obteve o título de doutor. O professor titulou-se em Filosofia e Antropologia na Faculdade de Filosofia de Braga e em Geologia, na Faculdade de Geologia de Coimbra. Constam ainda dados sobre os cursos realizados em Londres, de Mecânico, no *College of Automobile Engineering*, e o de Programação de Computadores. Também foi registrado o Curso de Soldadura, da Escola Vasco da Gama, em Angola e o de Técnico Mecânico, do Centro de Estudos Profissionais de Portugal.

4. Italianos e portugueses no Brasil: os dados do IBGE

Para o período 1954 a 1963, o IBGE dispõe de detalhes sobre os portugueses e italianos ingressantes no Brasil. Esses apontam para o predomínio de imigração dirigida para os italianos, o que corresponde a 74% no período 1954 a 1958, e ligeira queda (68%) no período 1959 a 1963. Os portugueses revelam predomínio absoluto do movimento espontâneo, embora ocorra pequena divergência de dados se cotejarmos o primeiro qüinqüênio com as informações disponíveis no banco de dados, que computam um movimento dirigido de 38 portugueses enquanto o IBGE aponta apenas 18 imigrantes dessa nacionalidade.

Quadro n.º 5
Natureza do movimento imigratório

Anos	Italiana			Portuguesa		
	Espontânea	Dirigida	Total	Espontânea	Dirigida	Total
1954-1958	10 624	29 814	40 438	109 510	18	109 528
1959-1963	4 453	8 471	12 924	71 371	196	71 567
Total	**15 077**	**38 285**	**53 362**	**180 881**	**214**	**181 095**

Fonte: IBGE.

No que se refere à natureza dessa mão-de-obra, prevalece o caráter geral do agricultor nas duas nacionalidades, bem como a grande incidência daqueles que se dedicam às atividades domésticas (58% das ocorrências de nacionalidade portuguesa e 49% italiana). O comércio sobressai-se no caso português (16%), como já vem sendo apontado pelos estudos[21], ao passo que dos 14 999 operários italianos, 21% são qualificados, enquanto dos 22 021 operários portugueses 9% apresentam-se qualificados. Nas duas nacionalidades nota-se baixa presença de técnicos: 709 italianos e apenas

[21] BASTOS, 2008; CYPRIANO, MENEZES, 2008; FRUTUOSO, 2008.

112 portugueses. Em outras profissões são reunidos 4 197 italianos (8%) e 9 940 portugueses (5%), todavia, não há a indicação das atividades aglutinadas nessa terminologia.

Quadro n.º 6
Profissões dos imigrantes italianos e portugueses (1954-1963)

Profissões	Italianos			Portugueses		
	1954-1958	1959-1963	Total	1954-1958	1959-1963	Total
Agricultor Geral	4 958	440	5 398	8 999	2 522	11 521
Agricultor Qualificado	459	335	794	149	2 013	2 162
Total	5 417	775	6 192	9 148	4 535	13 683
Operário Geral	2 954	815	3 769	2 354	2 416	4 770
Operário Qualificado	8 457	2 773	11 230	13 599	3 652	17 251
Total	11 411	3 588	14 999	15 953	6 068	22 021
Técnicos	413	296	709	71	41	112
Comércio	694	376	1 070	17 253	12 680	29 933
Outras Profissões	2 700	1 497	4 197	6 828	3 112	9 940
Atividades Domésticas	19 805	6 392	26 197	60 275	45 131	105 406
Total	**40 438**	**12 924**	**53 362**	**109 528**	**71 567**	**181 095**

Fonte: IBGE.

Dando sequência à análise, os dados relativos ao período 1969 a 1973 revelam o ingresso de 3 615 mulheres portuguesas (58%) e de 839 italianas (41%). Sobretudo orientada para ofícios urbanos (agricultores: 4 italianos e 224 portugueses), detectam-se comerciantes (9 italianos e 136 portugueses), engenheiros (72 italianos e 14 portugueses), executivos (53 italianos e 18 portugueses), operários italianos (83 qualificados e 7 não qualificados) e portugueses (156 qualificados e 159 não qualificados), técnicos diversos (346 italianos e 31 portugueses), profissões diversas (126 italianos e 1 467 portugueses) e não universitárias (61 italianos e 14 portugueses). Religiosos (579 italianos[22] e 30 portugueses), estudantes (70 italianos e 122 portugueses) e os sem profissão (287 italianos e 1 884 portugueses), atribuída aos menores e aposentados, encerram essa relação.

[22] O papel da Igreja no processo imigratório é enfatizado pelos estudos de Rosoli e Beozzo. O ingresso de 579 religiosos nos anos 1969 a 1973 demonstram a importância e permanência desse fluxo (ROSOLI, 1982; BEOZZO, 1987).

Conclusões

O estudo do ingresso de mão-de-obra qualificada no pós-Segunda Guerra Mundial revela importantes aspectos acerca do processo de industrialização em curso no Brasil. As fontes revelam potencialidades ainda não exploradas acerca da qualificação dos imigrantes, sobretudo os italianos, tendo em vista o caráter dirigido dessa imigração, o que legou importantes documentos custodiados pelo Memorial do Imigrante de São Paulo. Manipulados com precisão por meio do banco de dados, as informações podem ser sistematizadas de forma a estabelecer análises comparativas das nacionalidades que ingressaram no país nesse contexto.

No que se refere aos portugueses, o caráter espontâneo desse fluxo resulta em dificuldades de análise de sua natureza, visto que o banco de dados não os contempla, fazendo-se necessário o acesso a outras fontes para o seu estudo. Arroteia e Trindade são unânimes ao apontar a ligação afetiva e material que une a comunidade de origem e as colônias emigradas, laços e permanências no destino ainda não desvendados pelas pesquisas existentes[23].

Baganha e Góis[24] apontam a importância das remessas de dinheiro dos portugueses no exterior: equivalem a 8% do PIB na década de 1970 e a 10% na década de 1980. Trata-se do bem mais precioso para exportação produzido por Portugal: sua mão-de-obra, o que minimizaria o impacto advindo da saída dos profissionais e dos técnicos.

A redução do movimento imigratório nos anos 1970 decorre da nova política imigrantista adotada no Brasil, que privilegia o ingresso de mão-de-obra qualificada. Tal fator provocará a redução do número de portugueses, segundo Arroteia, em virtude do país fornecer tradicionalmente uma mão-de-obra indiferenciada e não qualificada[25].

A crise petrolífera mundial dos anos 1973-1974, associada à recessão econômica na Europa, resultaram na implantação de políticas restritivas de imigração nesse continente. Coincidentemente, os oito engenheiros portugueses presentes no Banco de dados ingressaram entre os anos 1973 a 1977, provenientes de Portugal (4), França (1), Suíça (1) e Itália (2), ao que se deduz as dificuldades de permanência nesses destinos. Rumaram para o Brasil, retomando o epíteto do sonho do "Fazer a América".

---

[23] ARROTEIA, 1983; TRINDADE, 1976.

[24] BAGANHA; GÓIS, 1999. Pellegrino aponta que a remessa em dinheiro ocupa o segundo lugar em importância no comércio internacional; o primeiro lugar corresponde às transações de petróleo (PELLEGRINO, 2001).

[25] ARROTEIA, 1983.

Fontes e bibliografia

Fontes

ACORDO de Migração entre os Estados Unidos do Brasil e a Itália. Assinado no Rio de Janeiro a 5/7/1950. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 28, de 22/8/1951, publicado no Diário Oficial de 8/9/1951. Ratificações a 28/4/1952. Promulgado pelo Decreto n.º 30 824, de 7/5/1952, publicado no Diário Oficial de 16/5/1952. Ministério das Relações Exteriores. Coleção de Atos Internacionais n. 299. Serviço de Publicação.

ACORDO Brasil Itália. Coleção de Atos Internacionais n.º 499. Firmado em Roma a 9/12/1960.

DIC, 1952 – *Legislação Imigratória. Boletim do Departamento de Imigração e Colonização*, n.º 7. São Paulo: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1973 – *Anuário estatístico do Brasil 1973*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 34.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1982 – *Anuário estatístico do Brasil 1981*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 42.

Bibliografia

ARROTEIA, J. C., 1983 – *A emigração portuguesa: suas origens e distribuição.* Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

BAGANHA, M.; GÓIS, P., 1999 – "Fluxos migratórios internacionais de Portugal no pós-Segunda Guerra Mundial". *Revista Crítica de Ciências Sociais,* 52-53.

BASTOS, S. R.; SALLES, M. R. R., 2010 – "Imigração italiana para o Brasil no pós-Segunda Guerra Mundial: perfil das entradas e trajetórias". *Revista Studi Emigrazione*. Roma: Centro Studi emigrazione.

BASTOS, S. R., 2008 – "Negociantes e caixeiros na cidade de São Paulo em meados do século XIX", in MATOS, Maria Izilda, SOUSA, Fernando de, HECKER, Alexandre (orgs.) – *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*. Bauru: EDUSC.

BEOZZO, José Oscar, 1987 – "O clero italiano no Brasil", in BONI, Luis A. de (org.) – *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST (Escola Superior de Teologia e Fondazione Giovanni Agnelli).

FACCHINETTI, L., 2004 – *Parla! O imigrante italiano do segundo pós-guerra e seus relatos.* São Paulo: Angellara.

FRUTUOSO, S., 2008 – "A presença portuguesa no comércio em Santos", in MATOS, Maria Izilda, SOUSA, Fernando de, HECKER, Alexandre (orgs.) – *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*. Bauru: EDUSC.

LA CAVA, G., 1988 – "As origens da emigração italiana para a América Latina após a Segunda Guerra Mundial", in *Novos Cadernos II*. I. I. Cultura, Ed.

MENEZES, L. M.; CYPRIANO, P. L., 2008 – "Imigração e negócios: comerciantes portugueses segundo os registros do Tribunal do Comércio da Capital do Império (1851-1870)", in MATOS, Maria Izilda, SOUSA, Fernando de, HECKER, Alexandre (orgs.) – *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*. Bauru: EDUSC.

PAIVA, O., 2000 – "Refugiados de guerra e imigração para o Brasil nos anos 1940 e 1950. Apontamentos". *Travessia*, Ano XIII (n.º 37), 25-30.

PELLEGRINO, A., 2001 – "Éxodo, movilidad y circulación: nuevas modalidades de la migración calificada", in *Notas de población*, 73, 129-162.

ROSOLI, Gianfausto, 1982 – "Chiesa Ed emigrati italiane in Brasile, 1880-1940", in *Studi Emigrazione*, 19, 66.

SCHIAVON, Carmem G. Burgert, 2007 – *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*. Tese de doutorado em História na PUC/RS.

SCOTT, A. S., 2001 – "As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930)", in *Congresso de História Econômica*, 1-28.

TRENTO, A., 1989 – *Do outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil.* São Paulo: Nobel.

TRINDADE, M. B., 1976 – "Comunidades migrantes em situação dipolar". *Análise Social*, XII (48), 983-997. Lisboa: ICS